

Resultados Individuais 1º Semestre de 2005

Relatório de Gestão e Contas

Relatório de Gestão Individual 1º Semestre de 2005

27 de Julho de 2005

Senhores Accionistas,

Em observância das disposições legais, cumpre a esta administração apresentar o relatório e contas relativo ao 1º semestre de 2005.

1. Introdução

O universo das participadas da Novabase S.G.P.S., S.A., cuja consolidação se torna exigível nos termos da lei, é caracterizado pela estreita ligação de todas elas à Empresa-mãe, quer em termos de gestão, quer em termos de actividades inter-empresas.

A actividade desenvolvida pela Novabase S.G.P.S., S.A. reside na prestação de serviços de apoio à gestão e coordenação das participadas.

Desta forma, o relatório de gestão consolidado reflecte a informação necessária à compreensão da actividade do Grupo no primeiro semestre de 2005 e consequentemente da actividade da Novabase SGPS como Empresa-mãe do Grupo Novabase. A seguir reproduzimos alguns dos aspectos mais relevantes, bem como menções obrigatórias nos termos do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários.

2. Acções Próprias

Em cumprimento do disposto no Artº 66 do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

A 31 de Dezembro de 2004, a Novabase S.G.P.S., S.A. detinha em carteira 8 290 acções próprias, representativas de 0.03% do seu capital social.

Durante o 1º semestre de 2005, a empresa adquiriu em bolsa 188 077 acções próprias a um preço líquido médio de 5.87 euros e alienou em bolsa 31 638 acções próprias a um preço líquido médio de 5.94 euros.

A 30 de Junho de 2005, a Novabase S.G.P.S., S.A. detinha em carteira 164 729 acções próprias, representativas de cerca de 0.57% do seu capital social.

3. Publicidade de Participações

Em cumprimento do disposto nos artºs 447 e 447 do Código das Sociedades Comerciais, inclui-se no anexo a este relatório a seguinte informação:

- Participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização
- Participação de accionistas

4. Menções Obrigatórias

Em cumprimento do disposto no Artº 66 do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

Durante o período, não foram concedidas nem solicitadas autorizações para a concretização de negócios entre administradores e a sociedade.

A empresa não tem débitos em mora à Administração fiscal nem em ao Centro Regional de Segurança Social.

5. Agradecimentos

Por último, queremos expressar o nosso apreço e agradecimento aos nossos clientes, pelos desafios que sempre nos colocam, a todos os colaboradores, pelo esforço e dedicação com que desempenharam as suas funções, aos nossos accionistas pela confiança demonstrada, ao Conselho Fiscal pelo seu permanente acompanhamento e aconselhamento.

O Conselho de Administração

Rogério dos Santos Carapuça
José Afonso Oom Ferreira de Sousa
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho
Álvaro José da Silva Ferreira
João Nuno da Silva Bento
Luís Paulo Cardoso Salvado
João Filipe dos Santos Teixeira Neto
João Vasco Tavares da Mota Ranito
Nuno Miguel Isidoro Duarte
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus
Joaquim Sérvulo Rodrigues

**Anexo ao Relatório de Gestão Individual do Conselho de Administração
30-06-2005**

Publicidade de Participações dos Membros de Órgãos de Administração (n.º 5 do Art.º 447 CSC)

Accionistas	Nº acções	% Capital	% Direito voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa	3 035 291	10.57%	10.63%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho	3 035 242	10.57%	10.63%
Rogério dos Santos Carapuça	2 287 001	7.96%	8.01%
Luís Paulo Cardoso Salvado	2 169 770	7.55%	7.60%
João Nuno da Silva Bento	2 166 543	7.54%	7.59%
Álvaro José da Silva Ferreira	982 668	3.42%	3.44%
João Filipe dos Santos Teixeira Neto	598 410	2.08%	2.10%
João Vasco Tavares da Mota Ranito	598 410	2.08%	2.10%
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus	447 593	1.56%	1.57%
Nuno Miguel Isidoro Duarte	251 770	0.88%	0.88%
Total	15 572 698	54.21%	54.52%

Publicidade de Participações de Accionistas (n.º 4 do Art.º 448 CSC)

Accionistas	Nº parcial	Nº acções	% Capital	% Direito voto
José Afonso Oom Ferreira de Sousa		3 035 291	10.57%	10.63%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho		3 035 242	10.57%	10.63%
ES TECH VENTURES, SGPS, SA	1 792 144			
Sociedades em relação de domínio ou do grupo	1 550 044			
Elementos dos Órgãos Sociais	150			
Grupo Banco Espírito Santo, SA (termos do nº1 do artº20 do CVM)		3 342 338	11.64%	11.70%
CGD Pensões - Soc.Gestora Fundos Pensões, SA - Grupo CGD	1 284 193			
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, SA	1 440 750			
Grupo Caixa Geral de Depósitos (termos do nº1 do artº20 do CVM)		2 724 943	9.49%	9.54%
Rogério dos Santos Carapuça		2 287 001	7.96%	8.01%
Luís Paulo Cardoso Salvado		2 169 770	7.55%	7.60%
João Nuno da Silva Bento		2 166 543	7.54%	7.59%
Paulo Jorge Ferreira Andrez		982 493	3.42%	3.44%
Álvaro José da Silva Ferreira		982 668	3.42%	3.44%
AF Investimentos - Fundos Mobiliários, SA - Grupo BCP		896 509	3.12%	3.14%
Fernando Eduardo Ribeiro Marques		837 467	2.92%	2.93%
Santander - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA		797 602	2.78%	2.79%
João Filipe dos Santos Teixeira Neto		598 410	2.08%	2.10%
João Vasco Tavares da Mota Ranito		598 410	2.08%	2.10%
José Carlos de Almeida Pedro de Jesus		447 593	1.56%	1.57%
Nuno Miguel Isidoro Duarte		251 770	0.88%	0.88%
Manuel Saldanha Fortes Tavares Festas		91 000	0.32%	0.32%
Total		25 245 050	87.88%	88.39%

CONTAS 1º semestre de 2005

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

(Página intencionalmente deixada em branco)

CONTAS 1º semestre de 2005

ÍNDICE

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para os 6 meses findos em 30 de Junho de 2005	5
• Balanço Individual em 30 de Junho de 2005	6
• Demonstração dos Resultados Individuais - 30 de Junho de 2005	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais - 30 de Junho de 2005	8
• Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Individuais	9
• Notas às Demonstrações Financeiras Individuais - 30 de Junho de 2005:	10
Nota 1. Informação geral	10
Nota 2. Políticas contabilísticas	10
Nota 3. Política de gestão do risco financeiro	13
Nota 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes	14
Nota 5. Investimentos em empresas subsidiárias	14
Nota 6. Imobilizado corpóreo	14
Nota 7. Impostos diferidos activos e passivos	15
Nota 8. Clientes e outros devedores	16
Nota 9. Outros activos correntes	16
Nota 10. Activos detidos para venda	16
Nota 11. Caixa e equivalentes a caixa	16
Nota 12. Capital Social, prémios de emissão, acções próprias e opções sobre acções	17
Nota 13. Reservas e resultados acumulados	19
Nota 14. Empréstimos	19
Nota 15. Fornecedores e outros credores	20
Nota 16. Provisões para riscos e encargos	20
Nota 17. Fornecimentos e serviços externos	20
Nota 18. Custos com o pessoal	21
Nota 19. Outros ganhos líquidos	21
Nota 20. Depreciações	21
Nota 21. Ganho líquido de financiamento	21
Nota 22. Impostos sobre resultados	22
Nota 23. Compromissos	22
Nota 24. Partes relacionadas	23
Nota 25. Outras Informações	24
II. DOCUMENTOS DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM	25
• Relatório de revisão limitada semestral elaborado por auditor registado na CMVM sobre informação semestral	27

(Página intencionalmente deixada em branco)

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
para os 6 meses findos em 30 de Junho de 2005

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Balanço Individual em 30 de Junho de 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30.06.05	31.12.04
Activo			
Imobilizado corpóreo	6	208	212
Investimentos em empresas subsidiárias	5	27 154	27 127
Empréstimos a empresas subsidiárias	24	10 123	8 142
Impostos diferidos activos	7	279	294
Total de Activos Não Correntes		37 764	35 775
Cientes e outros devedores	8	33 201	33 319
Imposto sobre o rendimento		78	79
Outros activos correntes	9	9	14
Activos detidos para venda	10	691	807
Caixa e equivalentes a caixa	11	1 372	5 540
Total de Activos Correntes		35 351	39 759
		73 115	75 534
Capitais Próprios			
Capital social	12	14 363	14 203
Acções próprias	12	(82)	(4)
Prémios de emissão	12	37 252	35 825
Reservas e resultados acumulados	13	(2 072)	2 513
Resultado líquido	13	(35)	(3 634)
Total dos Capitais Próprios		49 426	48 903
Passivo			
Empréstimos	14	5 950	6 800
Provisões para riscos e encargos	16	-	61
Impostos diferidos passivos	7	100	100
Total de Passivos Não Correntes		6 050	6 961
Empréstimos	14	2 550	1 700
Fornecedores e outros credores	15	15 083	17 970
Imposto sobre o rendimento		6	-
Total dos Passivos Correntes		17 639	19 670
Total do Passivo		23 689	26 631
		73 115	75 534

Lisboa, 27 de Julho de 2005

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração dos Resultados Individuais para os 6 meses findos em 30 de Junho de 2005

		(Valores expressos em milhares de Euros)	
		6 M *	6 M *
		30.06.05	30.06.04
Prestação de serviços		991	887
Fornecimentos e serviços externos	17	(307)	(390)
Custos com o pessoal	18	(940)	(741)
Outros ganhos líquidos	19	168	118
Resultados Operacionais Brutos		(88)	(126)
Depreciações	20	(5)	(10)
Resultados Operacionais		(93)	(136)
Ganho líquido de financiamento	21	79	59
Resultados Antes de Impostos		(14)	(77)
Impostos sobre resultados	22	(21)	43
Resultado líquido		(35)	(34)

6 M * - período de 6 meses findo em

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais para os 6 meses findos em 30 de Junho de 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	6 M * 30.06.05	6 M * 30.06.04
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		416	-
Pagamentos a fornecedores		(273)	(345)
Pagamentos ao pessoal		(871)	(660)
Fluxo gerado pelas operações		(728)	(1 005)
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(2)	(385)
Outros recebimentos / (pagamentos) operacionais		(116)	716
		(118)	331
Fluxo das Actividades Operacionais		(846)	(674)
Actividades de Investimento			
Recebimentos:			
Juros e proveitos similares		83	23
Dividendos		-	15
		83	38
Pagamentos:			
Investimentos em filiais e associadas		-	(2 226)
		-	(2 226)
Fluxo das Actividades de Investimento		83	(2 188)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos:			
Financiamento de filiais		3 826	-
Aumentos de capital e prémios de emissão	12	1 587	748
Venda de acções próprias	12	188	562
		5 601	1 310
Pagamentos:			
Financiamento de filiais		(7 690)	-
Juros e custos similares	21	(212)	(192)
Aquisição de acções próprias	12	(1 104)	(651)
		(9 006)	(843)
Fluxo das Actividades de Financiamento		(3 405)	467
Variação de caixa e seus equivalentes		(4 168)	(2 395)
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 540	4 315
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 372	1 920

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Individuais

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémio de emissão de acções	Acções próprias	Reservas legais	Ajustamento de justo valor e outras reservas	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2004	51 626	14 128	35 153	(8)	1 225	84	1 044
Ganhos/perdas justo valor, líq. impostos	90	-	-	-	-	90	-
Outros	26	-	-	-	-	-	26
Ganhos líq. reconhecidos direct. em CP	116	-	-	-	-	90	26
Resultado líquido	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Ganhos líq. reconhecidos no período	82	-	-	-	-	90	(8)
Aumento de capital	747	75	672	-	-	-	-
Constituição de Reserva legal	-	-	-	-	29	-	(29)
Compra e venda de acções próprias	(89)	-	-	(6)	-	-	(83)
Variação do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2004	52 366	14 203	35 825	(14)	1 254	174	924
Saldos em 1 de Janeiro de 2005	48 903	14 203	35 825	(4)	1 254	194	(2 569)
Ganhos/perdas justo valor, líq. impostos	(113)	-	-	-	-	(113)	-
Ganhos líq. reconhecidos direct. em CP	(113)	-	-	-	-	(113)	-
Resultado líquido	(35)	-	-	-	-	-	(35)
Ganhos líq. reconhecidos no período	(148)	-	-	-	-	(113)	(35)
Aumento de capital	1 587	160	1 427	-	-	-	-
Compra e venda de acções próprias	(916)	-	-	(78)	-	-	(838)
Saldos em 30 de Junho de 2005	49 426	14 363	37 252	(82)	1 254	81	(3 442)

NOVABASE S.G.P.S., S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
para os 6 meses findos em 30 de Junho de 2005

1. Informação geral

A Novabase, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante designada por Novabase ou Empresa), criada inicialmente sob a denominação de Novabase – Sistemas de Informação e Base de Dados, Lda., é a Empresa mais antiga do Grupo Novabase, detendo as participações sociais das restantes Empresas do Grupo. Constituída em 11 de Maio de 1989, teve como actividade principal a produção e comercialização de sistemas informáticos até ao final de 1999.

Em 23 de Dezembro de 1999, a Empresa alterou a sua denominação social e o seu objecto, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como objecto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Novabase está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de Julho de 2005.

2. Políticas contabilísticas

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas são apresentadas de maneira consistente nos períodos reflectidos nestas demonstrações financeiras.

a) Bases de preparação

Em 2005, as demonstrações financeiras da Novabase S. G. P. S. foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

Estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita aos activos detidos para venda.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, os resultados actuais podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um grau maior de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativas para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

b) Investimentos em empresas subsidiárias

As participações financeiras em filiais e associadas são registadas pelo seu valor de aquisição.

c) Transacções em moedas estrangeiras

(1) Moeda de mensuração

As demonstrações financeiras da Novabase S. G. P. S. são apresentadas em milhares de Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

(2) Transacções e saldos

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transacção. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação destas transacções e da transposição no fim do ano dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados.

As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas na demonstração dos resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor. As diferenças de câmbio em itens monetários, como por exemplo, acções classificadas como detidas para venda, são incluídas em reservas nos capitais próprios.

d) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são compostas essencialmente por edifícios e outras construções. As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	N.º de anos
• Edifícios e outras construções	20 a 50
• Equipamento básico	3 a 4

O valor residual de um activo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de relato.

Quando a quantia registada de um activo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada para o seu valor recuperável.

Os ganhos e as perdas gerados nas alienações de activos são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

e) Imparidade dos activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortizações, mas são sujeitos anualmente a testes de imparidade. Os activos que são sujeitos a amortização são revistos anualmente para determinar se houve imparidade, quando eventos ou circunstâncias indicam que o seu valor registado pode não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso do valor contabilístico sobre o seu valor recuperável, que é definido como o mais alto entre o valor líquido de venda (líquido de custos de alienação do activo) e o seu valor de uso.

f) Investimentos

A Novabase classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: (i) empréstimos e devedores e (ii) activos detidos para venda. A classificação é dependente do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos ou efectuados. A Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação à data de relato.

(a) Empréstimos e devedores

Os empréstimos e devedores são activos financeiros sem características de derivados com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados num mercado activo. Este tipo de investimento surge quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no activo corrente, excepto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de balanço que são classificados como activos não correntes. Os devedores são incluídos no balanço na categoria de clientes e outros devedores.

(b) Activos detidos para venda

Os activos detidos para venda são activos sem características de derivados que ou se enquadram nesta categoria ou não são alocáveis a outra categoria. São incluídos em activos não correntes, a não ser que a gestão tenha uma intenção expressa de deter o investimento durante menos de 12 meses após a data do balanço.

As aquisições e alienações de investimentos são reconhecidas à data da transacção, que é a data em que a Novabase S. G. P. S. se compromete na aquisição ou alienação do activo. Os activos detidos para venda são subsequentemente registados ao seu justo valor.

Os ganhos e as perdas não realizados, provenientes de alterações nos justos valores de activos não monetários classificados como detidos para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando estes activos classificados como detidos para venda são vendidos ou sujeitos a perdas por imparidade, os ajustamentos cumulativos de justo valor são incluídos na demonstração dos resultados como ganhos e perdas em investimentos financeiros.

Os justos valores de investimentos em empresas cotadas são baseados em preços de mercado correntes. Se não existir um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), a Novabase S. G. P. S. determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

A Novabase S. G. P. S. avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos detidos para venda, a perda cumulativa - calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados - é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período. As perdas por imparidade em investimentos financeiros que já foram reconhecidas em resultados não são anuladas por via da demonstração de resultados.

g) Clientes

Os clientes são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor e são relevados, subsequentemente, ao custo deduzido da provisão para perdas por imparidade. Esta provisão é estabelecida quando existe evidência objectiva de que a Novabase S. G. P. S. não é capaz de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da provisão é a diferença entre o montante registado e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos cash-flows esperados, descontados à taxa efectiva. O valor da provisão é reconhecido na demonstração dos resultados do período.

h) Caixa e equivalentes a caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades de três meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica de empréstimos bancários nos passivos correntes no balanço.

i) Capital social

As acções ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a Novabase S. G. P. S. adquire acções próprias, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

j) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Os empréstimos são, subsequentemente, registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos de custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que o grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

k) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade de balanço, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos nas demonstrações financeiras e as respectivas bases de tributação. No entanto, não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção relativa à concentração de actividades empresariais, quando as mesmas não afectam nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal no momento da transacção.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

l) Benefícios a empregados

Bónus

A Novabase S. G. P. S. reconhece um passivo e um custo por bónus, baseado numa fórmula que considere o resultado distribuível aos empregados depois de certos ajustamentos.

Responsabilidades por férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de Dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

m) Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a Novabase S. G. P. S. tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável. Provisões de reestruturação consistem em penalidades de cancelamento de locações e pagamentos derivados de benefícios de reformas antecipadas. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando existirem diversas obrigações semelhantes, a exigibilidade de redução da responsabilidade é determinada considerando a categoria das obrigações no conjunto. A provisão é reconhecida mesmo quando existe uma baixa probabilidade do pagamento relativo a cada um dos itens incluídos na mesma categoria de responsabilidade.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito compreende os montantes facturados na prestação de serviços líquidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado e descontos. O rédito é reconhecido como se segue:

(a) Prestações de serviços

Os proveitos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(b) Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Se um credor estiver sujeito a imparidade, a Novabase S. G. P. S. reduz o valor ao seu valor recuperável, (cash-flow futuro estimado, descontado à taxa efectiva original do instrumento) e contabiliza o desconto como ganho financeiro.

(c) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando existe o direito de os receber.

o) Locações

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens do imobilizado corpóreo são registados em contas de imobilizações sempre que a Novabase S. G. P. S. assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respectivos bens. As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor actualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo (curto e longo prazo). O elemento de juro do custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação para produzir uma taxa de juro periódica constante no saldo remanescente do passivo para cada período. As imobilizações corpóreas adquiridas em locações financeiras são depreciadas durante o mais curto entre a vida útil e o termo de locação (4 anos).

p) Comparativos

As demonstrações financeiras individuais do período findo em 30 de Junho de 2005 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com o período findo em 30 de Junho de 2004.

3. Política de gestão do risco financeiro

As actividades da Novabase S. G. P. S. expõem-na a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações em preços de mercado da dívida e dos capitais próprios e taxas de juro.

A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada continuamente em consonância com a política de gestão de riscos da Novabase S. G. P. S., de forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira.

a) Risco de fluxos de caixa e de justo valor

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros da Novabase S. G. P. S. são substancialmente independentes da flutuação dos mercados de taxa de juro.

O risco de taxa de juro da Novabase S. G. P. S. resulta de empréstimos a curto e longo prazo. Os empréstimos de taxa variável expõem a Novabase S. G. P. S. ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro dado que a dívida remunerada da Novabase S.G.P.S. não é considerada materialmente relevante.

b) Risco de crédito

A política da Novabase S. G. P. S., em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando concentrações significativas de risco de crédito.

c) Risco de liquidez

A Novabase S. G. P. S. efectua uma gestão prudente do risco de liquidez através da manutenção de saldos financeiros suficientes, facilidade na obtenção de fundos através de linhas de crédito adequadas. Dada a dinâmica do negócio do Grupo, a tesouraria tem como objectivo a manutenção da flexibilidade no financiamento de fluxos financeiros, ao assegurar a disponibilidade de linhas de crédito.

4. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efectue estimativas e que adopte pressupostos que afectam os activos e passivos, e as divulgações de activos e passivos contingentes à data de relato das demonstrações financeiras, bem como os valores reportados do rédito e das despesas incorridos durante o período de relato. Os resultados actuais podem vir a ser diferentes dos estimados.

Impostos

A Novabase S. G. P. S. efectua transacções para as quais o impacto fiscal não é certo. A Novabase S. G. P. S. reconhece passivos para ajustamentos que possam surgir durante uma revisão fiscal, com base na estimativa dos impostos que podem vir a ser pagos.

Quando o impacto fiscal é diferente dos montantes inicialmente registados, estas diferenças terão impacto no custo de imposto de rendimento e em imposto diferido, no período em que este cálculo é efectuado.

5. Investimentos em empresas subsidiárias

Em 30 de Junho de 2005, as empresas subsidiárias da Novabase S. G. P. S. eram as seguintes:

Empresa Subsidiária	Sede e País	Cap. Próprios	% participação		Custo de aquisição	
		30.06.05	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04
Novabase Serviços, S.A.	Lisboa - Portugal	214	100.0%	100.0%	250	250
Novabase Consulting SGPS, S.A.	Lisboa - Portugal	11 235	96.3%	96.3%	10 319	10 319
Mentor, S.A.	Lisboa - Portugal	(239)	100.0%	100.0%	46	46
Novabase Saúde, S.A.	Lisboa - Portugal	(38)	100.0%	100.0%	2 305	2 305
Novabase Core Fin. Software Sol., S.A.	Lisboa - Portugal	(183)	70.0%	70.0%	954	954
Techno Trend Holding	Amsterd. - Holand:	46 036	50.0%	50.0%	713	713
Techno Trend AG	Erfurt - Alemanha	4 958	6.6%	6.6%	2 232	2 205
Novabase Interactive TV	Lisboa - Portugal	3 103	0.8%	0.8%	7	7
TVLab, S.A.	Lisboa - Portugal	451	50.0%	50.0%	263	263
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	Lisboa - Portugal	6 309	100.0%	100.0%	3 299	3 299
Nbase International Investments B.V.	Amsterd. - Holand:	1 982	100.0%	100.0%	1 058	1 058
Novabase Capital SGCR, S.A.	Lisboa - Portugal	2 830	100.0%	100.0%	4 704	4 704
Sapi 2 ci, Consultadoria Informática, S.A.	Porto - Portugal	350	50.0%	50.0%	978	978
Mind, S.A.	Lisboa - Portugal	511	50.0%	50.0%	824	824
Key Lab	Lisboa - Portugal	902	15.0%	15.0%	1 300	1 300
Outros					2	2
					29 254	29 227
Provisão para investimentos em empresas subsidiárias					(2 100)	(2 100)
					27 154	27 127

6. Imobilizado corpóreo

Esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.05			31.12.04		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios e outras construções	544	338	206	544	336	208
Equipamento básico	46	44	2	46	42	4
	590	382	208	590	378	212

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante 2004, em base individual, são analisados como segue:

	Saldo em 01.01.04	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31.12.04
<i>Custo :</i>					
Edifícios e outras construções	544	-	-	-	544
Equipamento básico	46	-	-	-	46
Equipamento de transporte	21	-	(21)	-	-
	<u>611</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>590</u>
<i>Amortizações Acumuladas :</i>					
Edifícios e outras construções	330	6	-	-	336
Equipamento básico	39	3	-	-	42
Equipamento de transporte	21	-	(21)	-	-
	<u>390</u>	<u>9</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>378</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o 1º semestre de 2005, em base individual, são analisados como segue:

	Saldo em 01.01.05	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 30.06.05
<i>Custo :</i>					
Edifícios e outras construções	544	-	-	-	544
Equipamento básico	46	-	-	-	46
	<u>590</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>590</u>
<i>Amortizações Acumuladas :</i>					
Edifícios e outras construções	336	2	-	-	338
Equipamento básico	42	2	-	-	44
	<u>378</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>382</u>

7. Impostos diferidos activos e passivos

A Novabase S. G. P. S. regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporais que se verificam entre os resultados anuais determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, de acordo com o disposto na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

	30.06.05	31.12.04
Impostos diferidos activos		
Recuperável dentro de 12 meses	-	-
Recuperável após 12 meses	279	294
	<u>279</u>	<u>294</u>
Impostos diferidos passivos		
Absorvido dentro de 12 meses	-	-
Absorvido após 12 meses	100	100
	<u>100</u>	<u>100</u>

O movimento bruto nos impostos diferidos activos foi o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Saldo 1 de Janeiro	294	-
(Custo) / Proveito registado na demonstração de resultados	(15)	294
Saldo no fim do período	<u>279</u>	<u>294</u>

8. Clientes e outros devedores

Esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Clientes conta corrente		
- Partes relacionadas - nota 24	4 752	4 060
- Outros	14	14
Clientes de cobrança duvidosa	318	434
Provisão para cobranças duvidosas	(318)	(434)
	<u>4 766</u>	<u>4 074</u>
Adiantamentos a fornecedores	28	28
Partes relacionadas - nota 24	28 319	28 927
Pessoal	87	80
Outros	1	210
	<u>28 435</u>	<u>29 245</u>
	<u>33 201</u>	<u>33 319</u>

A Novabase S. G. P. S. utilizou no período a provisão para perdas por imparidade no valor de 117 (2004: 1 032).

9. Outros activos correntes

Os custos diferidos são analisados como segue:

	30.06.05	31.12.04
- Seguros	9	14
- Outros custos diferidos	-	-
	<u>9</u>	<u>14</u>

10. Activos detidos para venda

Os movimentos nesta rubrica são analisados como segue:

	30.06.05	31.12.04
Saldo 1 de Janeiro	807	696
Aquisições	-	1
Alienações	(3)	-
Diferenças de justo valor	(113)	110
Saldo no fim do período	<u>691</u>	<u>807</u>

A rubrica de **Activos detidos para venda** é analisada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Títulos negociáveis :		
- Acções Portugal Telecom	480	558
- Acções PT Multimédia	211	249
	<u>691</u>	<u>807</u>

11. Caixa e equivalentes a caixa

Com referência ao Mapa dos fluxos de caixa, para efeitos de determinação e discriminação dos **Componentes de Caixa e seus equivalentes**, esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.05	31.12.04
- Depósitos bancários a curto prazo	1 372	1 540
- Outras aplicações de tesouraria :		
- Produtos financeiros em bancos nacionais	-	4 000
Caixa e equivalentes a caixa	<u>1 372</u>	<u>5 540</u>

12. Capital Social, prémios de emissão, acções próprias e opções sobre acções

O Capital social de 14 362 882.50 euros, representado por 28 725 765 de acções de valor nominal de 0.5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Em 1 de Junho de 2005, a Novabase S.G.P.S., S.A. procedeu a um aumento de capital de 159 529 euros, sendo o seu montante, integralmente subscrito e realizado, através da emissão de 319 058 novas acções ordinárias, com o valor nominal de 0.5 euros cada. 314 971 acções foram subscritas e realizadas ao preço de 4.96 € e 4 087 acções ao preço de 5.87 €. Assim, a partir de 1 de Junho de 2005, o capital social passou a ser representado por 28 725 765 acções.

	Número de Acções (milhares)	Capital Social	Prémios de emissão	Acções Próprias	Total
Em 1 de Janeiro de 2004	28 256	14 128	35 153	(8)	49 273
Aumento de Capital	151	75	672	-	747
Aquisição de acções próprias	-	-	-	(221)	(221)
Cedência de acções próprias	-	-	-	225	225
Em 31 de Dezembro de 2004	28 407	14 203	35 825	(4)	50 024
Aumento de Capital	319	160	1 427	-	1 587
Aquisição de acções próprias	-	-	-	(94)	(94)
Cedência de acções próprias	-	-	-	16	16
Em 30 de Junho de 2005	28 726	14 363	37 252	(82)	51 533

Em conformidade com a legislação em vigor, por deliberação em Assembleia Geral de 28 de Abril de 2003, a aquisição de acções próprias por parte da Novabase S.G.P.S. é permitida até ao limite máximo de 10% do seu capital social.

A 31 de Dezembro de 2004, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 8 290 acções próprias, representativas de 0.03% do seu capital social.

Durante o 1º semestre de 2005, a empresa adquiriu em bolsa 188 077 acções próprias a um preço líquido médio de 5.87 euros e alienou em bolsa 31 638 acções próprias a um preço líquido médio de 5.94 euros.

A 30 de Junho de 2005, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 164 729 acções próprias, representativas de cerca de 0.57% do seu capital social.

Opções sobre acções

Foi aprovado na Assembleia Geral de Accionistas de 19 de Abril de 2003 um novo Plano de Opção de Compra de Acções para o período 2003-2005, que se segue ao anterior Plano de Opção de Compra de Acções aprovado para o período 2000-2002.

Enquanto no anterior Plano, ambas as componentes se referiam à vinculação e/ou ao desempenho verificado nos anos de 2000, 2001 e 2002, no actual Plano poderão ser atribuídas opções de vinculação e/ou de desempenho relativos aos anos 2003, 2004 e 2005. De forma a aproximar a data de um bom desempenho num determinado exercício e o correspondente prémio, no actual Plano não foi considerado o período de 1 ano de carência, podendo o início do exercício de cada opção ser exercido logo no ano seguinte àquele a cujo desempenho se refere a avaliação. O período de exercício das opções passou para 3 anos no novo Plano ao contrário do anterior em que era de 4 anos.

As opções atribuídas no âmbito das respectivas componentes até 31 de Dezembro de cada ano, podem ser exercidas faseadamente em três momentos, ocorrendo o primeiro momento associado à primeira componente anual de desempenho no dia 25 de Maio do ano imediatamente seguinte ao que o desempenho se refere e os restantes em igual dia (ou no dia útil imediatamente seguinte, se esse não o for) nos sucessivos meses de Maio, e em lotes correspondentes a 33% do número de Opções atribuídas.

Este novo Plano de Opção de Compra de Acções abrange todos os trabalhadores e membros do Conselho de Administração da Novabase e das restantes sociedades do grupo (considerando-se para o efeito sociedade do grupo aquela em que a Novabase detenha ou venha a deter, directa ou indirectamente, uma participação dominante no capital ou uma participação inferior a 50% no capital, juntamente com o controlo de gestão).

Em 2002 e em 2003, devido aos comportamentos dos mercados de capitais não foram exercidas quaisquer opções previstas no Plano de Opção de Compra de Acções.

As Acções correspondentes às Opções atribuídas mas ainda não exercidas ao abrigo do Plano de Opção de Compra de Acções anterior (referente ao período de 2000 a 2002) e do presente Plano (referente aos exercícios de 2003 a 2005), não poderão exceder, a qualquer momento, e em relação ao volume total das acções representativas do capital social da Novabase nesse momento, o limite máximo total acumulado de 25%, correspondente a 12.5% por plano.

O Preço de Subscrição e/ou Aquisição das Acções objecto das Opções atribuídas em cada Componente Anual de Desempenho será definido em momento anterior à data de atribuição, devendo corresponder, em regra, ao que resultar da média aritmética dos preços, ponderada pelos respectivos volumes, das transacções das acções da Novabase ocorridas na Euronext Lisbon, nas sessões de Bolsa que tenham lugar entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que o desempenho respeita.

O Preço de Subscrição e/ou Aquisição das Acções objecto das Opções atribuídas na Componente Base de Vinculação será definido em momento anterior à data de atribuição, devendo corresponder, em regra, ao que resultar da média aritmética dos preços, ponderada pelos respectivos volumes, das transacções das acções da Novabase ocorridas na Euronext Lisbon, nas sessões de Bolsa que tenham lugar entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro do ano anterior àquele em que as Opções são atribuídas.

A média aritmética ajustada dos preços das transacções das acções da Novabase ocorridas na Euronext Lisbon, nas sessões de Bolsa que tiveram lugar entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 2002, é de 4,96 Euros por acção.

Em Maio de 2004, teve lugar a segunda fase de implementação do Plano de Opção de Compra de Acções em vigor, tendo sido exercidas 151 mil opções de subscrição de acções da Novabase, ao valor unitário de 4.96€, correspondentes a 11.9% das opções atribuídas em condições de serem exercidas naquela data.

Em Junho de 2005, teve lugar a terceira fase de implementação do Plano de Opção de Compra de Acções em vigor, tendo sido exercidas 319 058 opções de subscrição de acções da Novabase, das quais 314 971 acções foram subscritas e realizadas ao preço de 4.96 € e 4 087 acções ao preço de 5.87 €, correspondentes a 8.9% das opções atribuídas em condições de serem exercidas naquela data.

Em 31 de Dezembro de 2004, todos os colaboradores da empresa com opções atribuídas no âmbito dos planos mencionados anteriormente adquiriram na totalidade os seus direitos de compra.

É relevante mencionar que todos os planos à data de 30 de Junho de 2005 são considerados com liquidação com base em acções.

Os movimentos no número de opções sobre acções vivas são os seguintes:

	30.06.05		31.12.04	
	Preço médio de exercício por acção	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por acção	Opções (milhares)
Em 1 de Janeiro		6 174		2 099
Atribuído		-	4.96	4 834
Exercido	4.96	(319)	4.96	(151)
Expirado		(165)		(608)
No fim do período		5 690		6 174

As opções sobre acções em aberto no final do período têm a seguinte data de termo e os seguintes preços de exercício:

Data de termo	Preço de exercício	Acções (milhares)	
		30.06.05	31.12.04
2005	8.50	-	22
2005	10.40	-	143
2006	8.23	693	693
2007	4.96	3 604	3 919
2007	5.87	1 393	1 397
		5 690	6 174

A Novabase S. G. P. S. estabeleceu, no último trimestre de 2004, dois acordos, no âmbito da actividade de "liquidity provider", com a Caixa -Banco de Investimento, S.A. (Caixa) e com o Banco de Investimento Global, S.A. (BIG) que visam fomentar a liquidez do título Novabase em bolsa.

As duas instituições financeiras, Caixa e BIG, celebraram, por seu turno, com a Euronext Lisbon, S.A. (Euronext) contratos de "Liquidity Provider" sobre as acções da Novabase. Estes contratos obrigam as instituições financeiras a expor ofertas de compra e venda durante a sessão de bolsa, com quantidades mínimas de compra e de venda e com um spread máximo entre a compra e a venda. Em contrapartida, a Euronext estabelece condições especiais favoráveis aos negócios efectuados no âmbito desta actividade e garante a sua monitorização e análise.

A actividade de market making passou a ser permitida no mercado nacional desde Março de 2004, na sequência da integração da bolsa Portuguesa na Euronext. A Novabase foi o segundo título da Euronext Lisbon a iniciar este tipo de contratos.

O Liquidity Provider é uma figura instituída pelo Grupo Euronext com o objectivo de:

1. Fomentar a liquidez dos títulos relativamente aos quais o contrato é celebrado;
2. Garantir os preços, as quantidades e os spreads sobre as acções da empresa sobre a qual é celebrado o contrato.

O contrato é celebrado entre a Euronext e uma entidade financeira que se obriga a:

- a) Expor ofertas de compra e venda durante a sessão de bolsa;
- b) Expor essas ofertas com quantidades mínimas de compra e de venda;
- c) Expor essas ofertas com um spread máximo entre a compra e a venda (predefinido no contrato celebrado).

Como contrapartida, a Euronext estabelece condições especiais no preçário cobrado aos membros aquando da sua actuação como Liquidity Provider, não cobrando as comissões resultantes de negócios efectuados no âmbito desta actividade. A Euronext Lisbon garante a monitorização e a análise desta actividade.

A celebração dos referidos contratos consubstancia mais um passo importante no esforço desenvolvido pela Novabase - SGPS, SA para fomentar a liquidez do título em bolsa e o consequente aumento da visibilidade da acção.

Data de termo	BIG	Caixa
Limite máx. de acções	300 000 acções	400 000 acções
Obrigação ofertas firmes de compra e venda	5000 na Compra e Venda	2000 na Compra e Venda
Spread máx.	5 ticks (1%)	0.05 (~0,8%)
Duração	Trimestral renovável por iguais períodos	Trimestral renovável per. semest

13. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Novabase S. G. P. S. é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não poderá ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Reserva de justo valor	TOTAL
Saldo em 01.01.04	1 225	1 044	84	2 353
Aumento da reserva	29	(3 613)	110	(3 474)
Saldo em 31.12.04	1 254	(2 569)	194	(1 121)
Aumento da reserva	-	(873)	(113)	(986)
Saldo em 30.06.05	1 254	(3 442)	81	(2 107)

A Novabase S.G.P.S., S.A., desde a sua constituição, optou por nunca distribuir dividendos aos seus accionistas decidindo manter na Empresa os meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento.

14. Empréstimos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Não correntes		
Dívidas a instituições de crédito	5 950	6 800
	5 950	6 800
Correntes		
Dívidas a instituições de crédito	2 550	1 700
	2 550	1 700
Total dos empréstimos	8 500	8 500

A maturidade das dívidas a instituições financeiras não correntes é como segue:

	30.06.05	31.12.04
De 1 a 2 anos	3 400	3 400
De 2 a 5 anos	2 550	3 400
	<u>5 950</u>	<u>6 800</u>

As taxas de juro efectivas à data do Balanço eram as seguintes:

	30.06.05	31.12.04
Dívidas a instituições de crédito	3.875%	3.875%
Contas bancárias a descoberto - "Overdrafts"	3.000%	3.000%

15. Fornecedores e outros credores

Esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Fornecedores	148	165
Acréscimos de custos		
- Pessoal	418	233
- Outros acréscimos de custos	32	114
Estado e outros entes públicos	124	97
Outros accionistas	-	45
Outros credores		
- Partes relacionadas - nota 24	12 217	15 216
Aquisição de participações financeiras		
- Partes relacionadas - nota 24	1 098	1 098
- Outros	1 000	1 000
Outros credores e operações diversas	46	2
	<u>15 083</u>	<u>17 970</u>

16. Provisões para riscos e encargos

Os movimentos das **Provisões** são analisados como segue:

	30.06.05	31.12.04
Saldo em 1 de Janeiro	61	-
Registadas em resultados		
Dotação do exercício	-	61
Transferências	(61)	-
	<u>-</u>	<u>61</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	30.06.05	30.06.04
Subcontratos	-	1
Fornecimentos e serviços :		
Água, electricidade e combustíveis	13	4
Utensílios, material de escritório e documentação técnica	2	3
Rendas e alugueres	78	81
Seguros	29	20
Transportes, deslocações e estadias e despesas de representação	52	74
Comissões e honorários	-	15
Trabalhos especializados	101	184
Outros fornecimentos e serviços	32	8
	<u>307</u>	<u>389</u>
	<u>307</u>	<u>390</u>

18. Custos com o pessoal

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	30.06.05	30.06.04
Remuneração dos órgãos sociais	858	685
Encargos sobre remunerações	75	52
Outros custos com o pessoal	7	4
	<u>940</u>	<u>741</u>

O **número médio de pessoal**, por categoria, é analisado como segue:

	30.06.05	30.06.04
Administração	11	11
	<u>11</u>	<u>11</u>

19. Outros ganhos líquidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30.06.05	30.06.04
Proveitos suplementares	9	45
Ganhos na alienação de investimentos financeiros	-	72
Excesso da estimativa para impostos	-	15
Recuperação de dívidas	117	-
Outros	42	(14)
	<u>168</u>	<u>118</u>

20. Depreciações

A rubrica de **Depreciações** é analisada como segue:

	30.06.05	30.06.04
<i>Imobilizado corpóreo :</i>		
Edifícios e outras construções	3	3
Equipamento básico	2	2
	<u>5</u>	<u>5</u>
<i>Imobilizado incorpóreo :</i>		
Intangíveis gerados internamente	-	5
	<u>-</u>	<u>5</u>
	<u>5</u>	<u>10</u>

21. Ganho líquido de financiamento

A análise desta rubrica é a seguinte:

	30.06.05	30.06.04
Juros obtidos	267	236
Outros ganhos financeiros	26	15
Juros pagos		
- empréstimos	(169)	(169)
Despesas com garantias bancárias	(26)	(1)
Serviços e comissões bancárias	(19)	(22)
	<u>79</u>	<u>59</u>

22. Impostos sobre resultados

A análise desta rubrica é a seguinte:

	30.06.05	30.06.04
Impostos correntes	6	5
Impostos diferidos relativos às diferenças temporárias	15	(48)
	21	(43)

O imposto sobre o rendimento do exercício difere do valor teórico usando a taxa média de impostos devido ao seguinte:

	30.06.05	30.06.04
Resultado antes de impostos	(14)	(77)
Imposto à taxa nominal	(4)	(21)
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	-	(22)
Despesas não aceites para efeitos fiscais	25	-
Imposto sobre lucros	21	(43)

A taxa de impostos média ponderada aplicável, em 2004 e 2005, é de 27.5%.

23. Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso, são analisados como segue:

	Banco	30.06.05	31.12.04
Novabase S.G.P.S.	BPI	137	154
Novabase S.G.P.S.	CGD	40	40
Novabase S.G.P.S.	BES	3 000	-
Novabase Consulting, S.A.	BPI	957	934
Novabase Consulting, S.A.	BES	5 531	5 278
Novabase B. I., S.A.	BPI	133	153
Novabase B. I., S.A.	BES	163	163
Novabase A. C. D., S.A.	BPI	17	530
NBO Recursos em TI	BPI	4	4
Novabase Serviços, S.A.	BPI	7	-
Novabase Serviços, S.A.	BES	428	664
Manchete, S.A.	BPB	9	3
SAF, S.A.	BPI	9	-
Novabase Core Fin. Software Sol., S.A.	BPI	2	2
CelFocus, S.A.	BPI	410	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	BCP	631	631
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	BES	20	2 384
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	COSEC	103	103
Novabase IIS, S.A.	CITIBANK	-	8
Novabase IIS, S.A.	BNP PARIBAS	37	37
Novabase IIS, S.A.	BES	877	798
Novabase IIS, S.A.	BCP	10	10
Novabase Infr. Integracion S. Inf., S. A.	LA CAIXA	35	-
Novabase Infr. Integracion S. Inf., S. A.	BES	1	-
Gedotecome, Lda.	BCP	51	51
Octal / Octal TV / On TV	BBVA	237	-
		12 849	11 947

24. Partes relacionadas

Os saldos líquidos com entidades relacionadas podem ser apresentados como segue:

Empresa Subsidiária	Saldos devedores (nota 8)		Saldos credores (nota 15)	
	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04
Novabase Consulting SGPS, S.A.	14 166	13 937	-	1 122
NBO Recursos em TI	-	-	2 378	1 129
Novabase B. I., S.A.	-	-	1 312	2 363
Novabase Consulting, S.A.	65	(416)	6 848	8 137
Novabase E. A., S.A.	1 085	930	-	-
Novabase A. C. D., S.A.	-	-	1 252	2 248
Mentor, S.A.	170	138	-	-
Novabase Saúde, S.A.	83	80	-	-
SAF, S.A.	-	-	287	369
Novabase Core Fin. Software Sol., S.A.	441	474	-	-
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	-	-	652	360
Novabase Serviços, S.A.	8 978	7 142	-	-
Novabase IIS, S.A.	133	-	-	-
Octal 2 Mobile	22	-	-	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	2 645	2 642	543	543
Octal TV, S.A.	3 949	6 757	-	-
Techno Trend Holding	78	78	-	-
Novabase Consulting Espanha, S.A.	170	-	-	-
Novabase Interactive TV	450	450	43	43
Nbase International Investments B.V.	58	58	-	-
Novabase Capital SGCR, S.A.	550	689	-	-
Mind, S.A.	28	28	-	-
	33 071	32 987	13 315	16 314

No âmbito do processo de realinhamento de interesses da divisão Consulting levado a cabo no exercício de 2004, registaram-se diversas transações de aquisição e alienação de participações de empresas do grupo com entidades relacionadas, designadamente membros dos órgãos sociais.

Os saldos de empréstimos a associadas detalham-se como se segue:

	30.06.05	31.12.04
Novabase Consulting, S.A.	691	1 291
Novabase Core Fin. Software Sol., S.A.	800	800
Novabase Interactive TV	2 831	-
(i) Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	5 328	5 578
Mind, S.A.	332	332
Superemprego, S. A.	141	141
	10 123	8 142

(i) Deste montante, 2 500m€ vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de pagamento estipulado.

Os restantes empréstimos não vencem juros e não têm prazo de pagamento estipulado.

25. Outras Informações

Processo judicial instaurado por Drink In – Companhia de Indústria de Bebidas e Alimentação, S.A. contra participada da Novabase, através do qual aquela reclama o pagamento da quantia de aproximadamente 716 milhares de euros a título de alegada multa por atraso na conclusão de projecto de instalação de um sistema informático. Esta acção judicial foi contestada e foi deduzido pedido reconventional no montante de cerca de 297 milhares de euros respeitante ao preço em dívida das diversas facturas do referido projecto. Encontra-se agendada a Audiência de Discussão e Julgamento para o próximo dia 24 de Outubro de 2005. O pedido de condenação da empresa participada da Novabase apresenta-se destituído de fundamento e representa um caso manifesto de abuso de direito.

Processo judicial interposto contra a empresa e uma das suas participadas, relacionado com uma indemnização pretendida por um ex-colaborador desta última, no valor de aproximadamente 904 milhares de euros. Esta acção foi contestada, tendo a Novabase apresentado um pedido de condenação em multa e indemnização a título de litigância de má fé. Encontra-se agendada a Audiência de Discussão e Julgamento para o próximo dia 5 de Dezembro de 2005.

II. DOCUMENTOS DO AUDITOR REGISTRADO NA CMVM

(Página intencionalmente deixada em branco)

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, da Novabase Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 73.115 milhares de euros e um total de capital próprio de 49.426 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 35 milhares de euros) e na Demonstração dos resultados por naturezas e na Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a informação financeira histórica, preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Novabase Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as normas internacionais de relato financeiro, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

4 de Agosto de 2005

PricewaterhouseCoopers, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077)
representada por:

Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.